



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO N° DE 2023

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública para debater as **ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância.**

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater as ações de enfrentamento ao racismo na primeira infância.

Requeiro que sejam convidadas para debater o tema as pessoas indicadas a seguir:

- I. Suelaine Carneiro – Instituto da mulher negra (GELEDES);
- II. Damiana Neto – Ação de mulheres pela equidade (AME)
- III. Rosijane Tukano – Makira Eta
- IV. Ariel de Castro Alves – Secretário nacional dos direitos da criança e adolescentes;
- V. Letícia Silva – Instituto Alana.

JUSTIFICATIVA

Tudo o que a criança aprende desde o nascimento, principalmente na primeira infância, tem forte impacto ao longo de sua vida. Afinal, é nesse período que o cérebro mais se desenvolve. Por esse motivo, é fundamental o acompanhamento para a formação social e

LexEdit
* CD236305013700*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

cognitiva, pois é nessa janela que experiências, descobertas e afetos, são levados para o resto da vida.

Portanto, as experiências vividas na primeira infância afetam profundamente o desenvolvimento emocional, mental, social e físico dos indivíduos. O racismo, o sexism, a discriminação cultural e religiosa, são variáveis que impactam diretamente, e de maneira perversa, no desenvolvimento do indivíduo.

Sendo assim, o debate e as políticas de desenvolvimento da primeira infância precisam ter em sua centralidade as questões raciais e de gênero, sendo extremamente necessário e urgente que sejam elaboradas e pactuadas ações políticas, sociais e econômicas, que enfrentem as situações de vulnerabilidade, discriminação e de invisibilidade vivenciadas das situações vivenciadas por muitas crianças negras, indígenas, quilombolas e de terreiros, desde o começo da vida.

A ausência de um processo educacional que reconheça e apresente, de forma digna e respeitosa, as diferentes matrizes étnico-culturais do país, afetam negativamente essas crianças. Isso pode acarretar em consequências no processo do desenvolvimento infantil, como na rejeição da própria imagem e no impacto sobre a autoestima, na construção de uma identidade racial desvalorizada, problemas de socialização e inibição comportamental, estresse tóxico, entre outras.

O enfrentamento do racismo na primeira infância exige um compromisso do poder público, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e de cidadãos e cidadãs comprometidos com uma sociedade justa e igualitária.

A referida audiência pública tem, portanto, o objetivo de debater políticas públicas para a primeira infância, a partir do enfrentamento ao racismo, com o propósito da proteção e ampliação dos direitos das crianças negras, indígenas, quilombolas e de terreiros.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema proposto, requeiro a realização de audiência pública, para que ele possa ser melhor discutido.

Brasília, 20 de março de 2023.

Deputada Erika Kokay – PT/DF

LexEdit
CD236305013700*

